



Mercado regulado de carbono pode movimentar R\$ 48 bilhões, diz estudo BV/DEEP

Previsão foi feita com base em uma estimativa de R\$ 50,00 por tonelada de CO2.

Setores da economia serão afetados de maneira irregular

São Paulo, 02 de outubro de 2023 - O mercado regulado de carbono pode movimentar no Brasil R\$ 48 bilhões por ano, segundo estudo inédito realizado pelo banco BV, um dos maiores do país, em parceria com a DEEP, startup brasileira especializada no desenvolvimento de soluções de mensuração de impactos sociais e ambientais. O efeito considera uma taxação de R\$ 50,00 por tonelada de CO2 (dióxido de carbono). De acordo com a pesquisa, a taxa de carbono equivalente afetará de maneira irregular os diversos setores da economia.

As áreas mais atingidas em termos de aumento nos custos de produção, com base em dados de 2019, seriam Pecuária (13,85%), Cimento (9,45%), Indústria Extrativa (4,38%) e Alimentos e Bebidas (3,11%). O montante final responde de modo linear à variação na taxação, portanto, se o valor do imposto for, por exemplo, duas vezes maior (R\$ 100,00), duplicaria todos os impactos sem, no entanto, modificar a ordenação dos setores mais afetados. O estudo não modela o mercado de carbono em tramitação e, sim, visou dimensionar os efeitos setoriais de uma maneira macro.

Outros componentes de consumo, como Habitação, Saúde e Educação, sofreriam menos com as medidas. “No agregado, o aumento sobre o custo de vida seria de 1,62 ponto percentual ao longo dos próximos anos. Mas é importante saber o quanto a produção de cada setor no Brasil emite a mais ou a menos que em outros países. Essa informação é que vai permitir dizer como se comporta a competitividade da área, se será prejudicial ou, eventualmente, um benefício em um cenário em que todos os países avançam para regulamentações desse tipo”, diz Marcelo Sarkis, superintendente de Riscos do banco BV.



Segundo ele, o Brasil tem boas chances de se beneficiar, já que, dentre os setores de alta emissão, o país se destaca positivamente em relação aos produtos refinados de petróleo e químicos, mineração, farmacêuticos e pesca e aquicultura.

"Na última reunião da ONU, em Nova York, foi reforçado o consenso de que a precificação de carbono tem o potencial de reduzir drasticamente as emissões e impulsionar a transição para energia sustentáveis. Barreiras, sejam técnicas ou políticas, estão sendo removidas, e, hoje, já são 50 países com algum mecanismo de mensuração de carbono", diz Paulo C. Miranda, CSO e cofundador da DEEP. "Esse estudo destaca a relevância de considerarmos mecanismos de precificação de carbono e promover um arcabouço regulatório que equilibre a proteção ambiental e a biodiversidade, aliados aos interesses econômicos", completa.

"Nossa equipe construiu mais de um modelo para estudar os efeitos, considerando, inclusive, o ganho de competitividade que o Brasil teria conectado a outros mercados regulados de carbono", acrescenta Ernesto Marujo, Head de Pesquisa e Desenvolvimento da DEEP, ex-professor do ITA e PhD pelo MIT.

O levantamento se baseou no Modelo de Leontief em versão cost-push, isto é, considerando que as quantidades produzidas permanecem fixas enquanto os preços mudam. O resultado não considera efeitos de substituição, como, por exemplo, de meios de transporte ou da carne por ovos ou outras proteínas em caso de aumento de preço para o consumidor.

Crédito de carbono no Brasil

O governo federal está avançando com um projeto de lei para regular o mercado de carbono no Brasil, atualmente em tramitação no Senado Federal sob a relatoria de Leila Barros (PDT-DF). O projeto se baseia no sistema europeu de comércio de emissões e visa estabelecer o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). A proposta de lei em discussão estabelece um limite de 25 mil toneladas de CO₂ por ano, especialmente para indústrias intensivas em carbono. Empresas que excederem esse limite devem reduzir emissões ou adquirir créditos, enquanto aquelas que emitirem menos podem vender cotas, sendo que os lucros da venda de ativos serão tributados no Imposto de Renda e os créditos isentos de PIS e Cofins.



Há planos de emitir os primeiros créditos de carbono em 2024, tornando essa uma prioridade na gestão do governo Lula. O projeto tem sido construído em colaboração com diversos setores sociais e, principalmente, com o Ministério da Fazenda. Segundo a relatora, o envolvimento de vários interlocutores faz com que a proposta seja mais robusta e, portanto, adquira um trâmite mais acelerado. A previsão da parlamentar é que o projeto seja encaminhado para a Câmara dos Deputados, onde o presidente da Casa, Arthur Lira, já demonstrou apoio à "economia verde".

Sobre o banco BV

O banco BV é uma das maiores instituições financeiras do país em ativos e atua nos segmentos de Varejo e *Corporate & Investment Banking*. Em sua estratégia de negócios, reúne a solidez dos bancos tradicionais com o *mindset* dos digitais. O banco é líder de financiamento de placas solares, especialista no financiamento de veículos usados leves e a primeira instituição a neutralizar a emissão de poluentes dos automóveis que financia. Conhecida pelas parcerias com *startups*, a instituição apresenta soluções inovadoras para o mercado. O banco BV definiu seus compromissos com os pilares ambientais, sociais e de governança no documento público "Compromissos para um futuro mais leve 2030".

Comunicação Institucional | BV

Chrystiane Silva - (11) 5171-2130

imprensa@bv.com.br

Assessoria de imprensa | Danthi

bv@danthi.com.br

Aline Zampieri - 11 96149-0029

Mariana Vieira - 11 94270-0352

Mariana Cavalheiro - 21 98600-4033

Sobre a DEEP

A DEEP é uma empresa inovadora, que ajuda a pavimentar o caminho para o desenvolvimento sustentável do planeta, através de soluções tecnológicas para identificação, mensuração e divulgação de impactos sociais e ambientais (ESG) de empresas e instituições financeiras.

Fundada em julho de 2020, acaba de ganhar o Prêmio Nacional de Inovação (CNI/SEBRAE) na categoria Inovação em Processos/Pequenos Negócios. As plataformas de software da DEEP trabalham de forma totalmente integrada com os sistemas de gestão, oferecendo uma fonte sólida, automatizada e científica de inteligência em cálculo de impacto para as organizações e para a sociedade.



Comunicação Institucional | DEEP

comunicacao@deepesg.com

Assessoria de imprensa | RPM Comunicação

eduardo@rpmcom.com.br

Eduardo Stern - 21 99299-7260